

Ao retornarem às suas atividades escolares no início desta semana, os 6 milhões de estudantes da rede estadual foram informados por seus professores e pelas autoridades educacionais de uma triste novidade: o "Programa de Reforma do Ensino Público do Estado de São Paulo", anunciado há nove meses com muita pompa e circunstância pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho e pelo secretário Fernando Moraes, não tem condições de ser executado por excesso de burocracia e por absoluta insuficiência de recursos orçamentários.

O objetivo desse projeto era criar "ilhas de excelência" capazes de atuar como modelo para a modernização e aperfeiçoamento de toda a rede escolar estadual. Originariamente a Secretaria da Educação havia planejado reformar 306 escolas, das 6.500 por ela administradas, renovando bibliotecas, introduzindo mais dias de aula nos cursos noturnos, adotando novas técnicas pedagógicas com o uso de equipamentos eletrônicos e concedendo gratificações salariais aos professores para motivá-los a trabalhar mais e melhor.

As autoridades educacionais estão culpando a crise econômica pelo fracasso de sua proposta de reforma do ensino público. Por causa dela, a arrecadação do ICMS despencou de uma média histórica de US\$ 1 bilhão para US\$ 580 milhões mensais, inviabilizando a reforma administrativa da Secretaria da Educação e impedindo-a, assim, de dar início ao projeto da "Escola-padrão".

Além de estarem sendo obrigados a estudar em muitos edifícios deteriorados, com laboratórios de química, biologia e física paralisados por escassez de material e com bibliotecas fechadas por falta de livros didáticos e de bibliotecários, os 6 milhões de estudantes paulistas da rede pública estadual também enfrentam

outro grave problema: o risco de uma greve por tempo indeterminado deflagrada por um corpo docente revoltado com o aviltamento de seus salários. Depois de uma negociação que se prolongou por todo o mês de julho e que resultou num aumento de 24,34%, anunciado segunda-feira pelo governo, os professores continuam descontentes. E com razão, pois um mestre em início de carreira, cumprindo uma jornada de 20 horas semanais, passa agora a ganhar dois salários mínimos mensais; e quem tem o 3º grau completo, cumprindo jornada de 40 horas semanais, passa a receber o equivalente ao salário de um operário semiqualeficado. A defasagem salarial do professorado em relação ao início do governo Quêrcia já é de 219%, o que está levando à proletarianização de uma das profissões mais importantes para o futuro do País.

Não é difícil imaginar o preço a ser pago pelo Brasil com o colapso do ensino público. Sem uma educação básica minimamente eficiente, jamais conseguiremos formar a força de trabalho qualificada de que tanto necessitamos para a modernização de nossa economia. Sem escolas realmente habilitadas a preparar as novas gerações para os complexos desafios da revolução tecnológica e da abertura comercial ao Exterior, não teremos no futuro próximo elites técnicas e gerenciais aptas a assegurar o progresso material e o bem-estar para toda a sociedade. O mais grave é que os fatores responsáveis pelo colapso do ensino público são os mesmos que também estão por trás do colapso de outras áreas igualmente fundamentais para nosso futuro, como as de saúde, previdência, habitação, transportes e infra-estrutura.

Infelizmente, a crise do setor de ensino é apenas um pormenor da grande tragédia brasileira, representada pela falência total e absoluta do nosso setor público.